



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0129/15

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA
3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E
ECONOMIA E DA 7ª COMISSÃO DE ADM., SEG. REL. DO
TRABALHO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E DEFESA DO
CONSUMIDOR.

Processo nº - 002373/15

Relator: Deputado *Ronaldo Fedeiros*.

Através da Mensagem nº 44/2015, o Chefe do Poder Executivo Estadual, encaminha a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 154/2015, que *“Revoga a Lei Estadual nº 6.769, de 16 de novembro de 2006, que instituiu o tratamento tributário simplificado, no âmbito do ICMS, para as empresas de construção civil”*.

Com a medida pretende-se revogar a Lei Estadual nº 6.769, de 16 de novembro de 2006 – que instituiu o tratamento tributário simplificado, no âmbito do ICMS, para as empresas de construção civil, em razão da vigência da Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015 a qual alterou a forma de tributação dos bens e serviços nas operações interestaduais.

O objetivo da Lei Estadual nº 6.769, de 2006, será exaurida com o novo cenário tributário criado pela EC nº 87, de 2015, já que não haverá mais os embates judiciais que à época discutiam se seria devido ou não o pagamento do diferencial de alíquotas na ocorrência da hipótese citada.

1. De

[Assinatura]

Inexistindo óbices quanto ao aspecto regimental
que nos compete examinar, somos de parecer favorável a aprovação do
presente projeto.

É o parecer.

LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 07 de Setembro de 2015. SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA

PRESIDENTE

RELATOR